Empresa de Energia
Cachoeira Caldeirão S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.
Ferreira Gomes - AP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative (“KPMG International”), a Swiss entity.

Valor recuperável (“Impairment”) dos ativos não financeiros (Consulte as notas explicativas 2.6, 10 e 11 às demonstrações financeiras)
O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 apresenta nas rubricas de imobilizado e intangível os montantes de R$ 1.208.361 mil e R$ 11.622 mil, respectivamente. A Companhia avalia a recuperação do valor contábil da sua unidade geradora de caixa ("UGC"), com base em seu valor em uso utilizando-se do método de fluxo de caixa descontado, considerando determinadas premissas, tais como taxa de desconto, projeção de receita e custos e fatores externos.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento envolvido e ao impacto que eventuais alterações nas premissas de taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos poderia ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados à avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados à elaboração das projeções do fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pela diretoria. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas do fluxo de caixa, tais como: taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos usadas pela Companhia bem como a modelagem para fins de apuração do fluxo de caixa descontado. Além disso, realizamos discussões com a administração e comparamos com as informações históricas. Avaliamos também as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos (Consulte a nota explicativa 6 às demonstrações financeiras)
O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 apresenta créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R$ 62.691 mil, cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros, preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas, tais como, projeção de receitas, custos e resultado financeiro, para as projeções dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos ativos fiscais diferidos e, pelo fato que eventuais mudança nas metodologias e nas premissas utilizadas podem impactar de forma relevante o valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas para avaliar os dados e as premissas utilizadas, tais como, projeção de receitas e custos nas projeções de lucros tributáveis futuros, bem como o crescimento econômico projetado, volume e preço de venda de energia. Com o auxílio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração nas quais são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Também avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como os mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	62.488	59.387
Concessionárias	4	32.795	49.729
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	61	468
Outros tributos compensáveis	5	19.274	12.938
Outros créditos	9	1.203	1.836
Total do Ativo Circulante		115.821	124.358
Não circulante			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	3.271	2.693
Outros tributos compensáveis	5	8.305	24.327
Tributos diferidos	6	62.691	50.524
Cauções e depósitos vinculados	8	31.043	32.175
Outros créditos	9	485	335
		105.795	110.054
Imobilizado	10	1.208.361	1.255.604
Intangível	11	11.622	13.459
		1.219.983	1.269.063
Total do Ativo Não circulante		1.325.778	1.379.117
TOTAL DO ATIVO		**1.441.599**	**1.503.475**

PASSIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante			
Fornecedores	12	12.806	20.318
Outros tributos a recolher	5	247	695
Debêntures	13	20.846	13.440
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	14	36.624	34.170
Uso do bem público	15	927	893
Provisões	16	11.644	16.096
Outras contas a pagar	9	1.663	2.403
Total do Passivo Circulante		84.757	88.015
Não circulante			
Tributos diferidos	6	1	24
Debêntures	13	199.574	212.751
Empréstimos e financiamentos	14	526.586	541.248
Uso do bem público	15	11.122	10.897
Provisões	16	12.637	20.434
Outras contas a pagar	9	1.224	636
Total do Passivo Não circulante		751.144	785.990
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	17.1	728.600	728.600
Prejuízos acumulados		(122.902)	(99.130)
Total do Patrimônio líquido		605.698	629.470
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.441.599**	**1.503.475**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2019	2018
Receitas	18	139.233	154.846
Custo da operação e do serviço de energia elétrica	19		
Custo do serviço de energia elétrica		(45.315)	(57.224)
Custo de operação		(56.131)	(55.120)
		(101.446)	(112.344)
Lucro bruto		37.787	42.502
Despesas e Receitas operacionais	19		
Despesas gerais e administrativas		(3.328)	(2.991)
Outras despesas e receitas operacionais		(692)	13.365
		(4.020)	10.374
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		33.767	52.876
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras		5.618	6.834
Despesas financeiras		(75.324)	(80.143)
		(69.706)	(73.309)
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(35.939)	(20.433)
Tributos sobre o lucro	21		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		12.167	6.931
		12.167	6.931
Prejuízo do exercício		**(23.772)**	**(13.502)**
Resultado por ação atribuível aos acionistas	22		
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)			
ON		(0,03265)	(0,01855)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2019	2018
Prejuízo do exercício	(23.772)	(13.502)
Resultado abrangente do exercício	**(23.772)**	**(13.502)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**728.600**	**(85.628)**	**642.972**
Prejuízo do exercício		(13.502)	(13.502)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**728.600**	**(99.130)**	**629.470**

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**728.600**	**(99.130)**	**629.470**
Prejuízo do exercício		(23.772)	(23.772)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**728.600**	**(122.902)**	**605.698**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(35.939)	(20.433)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Impostos diferidos		(23)	24
Depreciações e amortizações		44.833	45.569
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		7	1.437
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		70.154	75.119
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		1.199	1.243
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		2.703	12.234
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		1.259	2.203
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		575	630
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(1.545)	(2.418)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(44)	(116)
Outros		(184)	
		82.995	115.492
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		16.934	(11.728)
Outros tributos compensáveis		(5.534)	(9.323)
Cauções e depósitos vinculados		3.199	164
Outros ativos operacionais		667	(2.061)
		15.266	(22.948)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(2.208)	10.174
Outros tributos a recolher		14.645	17.246
Provisões		(13.090)	(6.277)
Uso do bem público		(940)	(905)
Outros passivos operacionais		(727)	(8.059)
		(2.320)	12.179
Caixa proveniente das atividades operacionais		95.941	104.723
Imposto de renda e contribuição social pagos			(468)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		95.941	104.255
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(4.185)	(5.055)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(4.185)	(5.055)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Cauções e depósitos vinculados		(522)	249
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures		(27.763)	(20.655)
Pagamentos de encargos de dívidas		(60.370)	(59.835)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	24.1	(88.655)	(80.241)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**3.101**	**18.959**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		62.488	59.387
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		59.387	40.428
		3.101	**18.959**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2019	2018
Geração do valor adicionado	166.131	183.760
Receita operacional	161.214	178.231
Receita relativa à construção de ativos próprios	4.916	5.521
Outras receitas	1	8
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(65.457)	(63.781)
Custos da energia comprada	(33.729)	(45.792)
Encargos de uso da rede elétrica	(16.194)	(17.238)
Materiais	(2.972)	(1.863)
Serviços de terceiros	(11.036)	(8.791)
Outros custos operacionais	(1.526)	9.903
Valor adicionado bruto	100.674	119.979
Retenções		
Depreciações e amortizações	(44.833)	(45.569)
Valor adicionado líquido produzido	55.841	74.410
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	5.902	7.221
Valor adicionado total a distribuir	**61.743**	**81.631**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	3.099	2.930
Benefícios	874	524
FGTS	255	189
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	5.572	11.078
Estaduais	272	119
Municipais	1	8
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	75.324	80.143
Aluguéis	118	142
	85.515	95.133
Prejuízo do exercício	(23.772)	(13.502)
	61.743	**81.631**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Companhia ou Cachoeira Caldeirão) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de outubro de 2012, com sede no município de Ferreira Gomes, no estado do Amapá, sendo controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (CTG Brasil).

A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão (UHE Cachoeira Caldeirão), a comercialização da energia gerada por esse empreendimento, bem como a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

1.1 Concessão

A Companhia detém o direito de concessão da UHE Cachoeira Caldeirão por meio do Contrato de Concessão nº 01/13, celebrado junto ao Ministério de Minas e Energia - MME, com as seguintes características:

				Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Concessão	
Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	(MW)	(MWm)	Início	Término
Cachoeira Caldeirão	AP	Produtor Independente	Concessão	219,00	129,70	29/05/2013	29/05/2048

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Araguari sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. A energia assegurada de 129,7 MWm foi comercializada por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos. O preço estabelecido no Contrato de Concessão é de R$95,51 por MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de dezembro de 2019, o preço atualizado do contrato é de R$135,23 por MWh.

O contrato de concessão tem prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da data de sua assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual. Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

As três unidades geradoras da usina, cada uma com capacidade instalada de 73 MW, tiveram sua entrada em operação autorizada pela ANEEL nos meses de maio, junho e agosto de 2016.

1.1.1 Uso do bem público - UBP

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Cachoeira Caldeirão, recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor original de R$658, atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R$954, corrigidos anualmente pela variação do IPCA. Em 31 de dezembro de 2019, o valor presente remanescente da obrigação é de R$12.049 (R$11.790 em 31 de dezembro de 2018) (Nota 15). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 17 de janeiro de 2020. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 23.1.1.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos,

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota 4); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 10 e 11); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 16.1); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 23.1.2); e Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 16.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, após proceder ao teste de recuperabilidade dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e que foram devidamente adotadas pela Companhia. A relação destas normas e seus respectivos impactos, estão descritos abaixo:

Número/ Descrição	Correlação IASB	Natureza	Data Publicação (Brasil)	Obrigatoriedade de adoção	Impactos Contábeis	Método de Adoção
CPC 06 (R2) – Arrendamentos (Nota 2.7.1)	IFRS 16	Pronunciamento	21/12/2017	01/01/2019	Sem impactos	Sem impactos da adoção para o exercício
CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária	IAS 29	Pronunciamento	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 23 - Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária Prevista no CPC 42	IFRIC 7	Interpretação	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (Nota 2.7.2)	IFRIC 23	Interpretação	21/12/2018	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Sem impactos relevantes da adoção para os exercícios
Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18 (Nota 2.7.3)	Revisão Diversos CPCs		01/11/2018	01/01/2019	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Conceptual Framework) (Nota 2.7.4)	Conceptual Framework	Estrutura Conceitual	10/12/2019	01/01/2020	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios

(*) obrigatória somente quando do enquadramento da moeda funcional utilizada pela entidade no alcance de economia hiperinflacionária apresentada pelo pronunciamento CPC 42.

2.7.1 CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento , incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento operacional que a Companhia possui em aberto. Nos casos em que a Companhia é arrendatária, a mesma reconheceu: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado os gastos relativos à aluguéis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2).

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2), utilizando o expediente prático C8 (b) (ii), a partir de 1º de janeiro de 2019 retrospectivamente, com efeito cumulativo, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia não adotou o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance CPC 06 (R1).

A Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento.

2.7.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; e (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.7.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPC's em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 – 2017. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações destes normativos.

2.7.4 CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

Em março de 2018, diante das muitas alterações passadas feitas em diversas normas e interpretações, o IASB revisou a "Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro" (Conceptual Framework), conhecida no Brasil como Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC n.º 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país.

Apesar da Estrutura Conceitual não ser um pronunciamento propriamente dito, sendo que nada contido nela se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento, para o Grupo é notória a importância de sua avaliação e divulgação de suas revisões, uma vez que a mesma é utilizada como base para reconhecimento contábil, conforme previsto no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (em correlação IAS 1). Ademais, sua importância se fundamenta também em seus seguintes objetivos práticos, a saber: nortear o desenvolvimento de normas futuras; auxiliar os preparadores das demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes (quando nenhum outro pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil); e auxiliar todos os usuários e preparadores a entender e interpretar os Pronunciamentos.

Conforme mencionado, as principais mudanças trazidas pela revisão se concentraram em atualizar a estrutura perante as normas emitidas pelo Comitê nos últimos anos, sendo as principais: (i) objetivo do relatório financeiro, que passa a ser o de fornecer informações úteis para a tomada de decisões de alocação de recursos, (ii) inclusão do conceito de prudência (definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos em condições de incerteza), como componente da neutralidade, (iii) definição da entidade que reporta, que pode ser tanto uma entidade legal, quanto também uma parte dela, e (iv) revisão das definições de ativo e passivo.

Conforme as decisões do Comitê Internacional, sua aplicação e efetividade são imediatas para àqueles que desenvolvem as normas (IASB e IFRS Interpretations Committee), mas somente requerida para os preparadores das demonstrações a partir de 1º de janeiro de 2020. A Administração da Companhia avaliou a nova estrutura conceitual e não espera que sua adoção cause impactos materiais nas Demonstrações Financeiras.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	10.770	11.259
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	51.718	48.128
Total	62.488	59.387

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 97,00% e 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 23.

4 Concessionárias

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Suprimento de energia elétrica	4.1	24.640	40.431
Energia de curto prazo		8.155	9.298
		32.795	49.729

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas à contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo, os mesmos são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 23.2.4.

4.1 Suprimento de energia elétrica

A variação no exercício é decorrente, substancialmente, da negociação de sobra de lastro energético do ano de 2018, efetuada em dezembro de 2018 e recebida durante o exercício.

5 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2019
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar		3.161			171			3.332
		3.161	-	-	171	-	-	3.332
Circulante		468						61
Não circulante		2.693						3.271
Outros tributos compensáveis								
ICMS		132						132
PIS e COFINS	5.1	26.927	4.610				(15.220)	16.317
IRRF sobre aplicações financeiras		7.671	938					8.609
Outros		2.535	54	(68)				2.521
		37.265	5.602	(68)	-	-	(15.220)	27.579
Circulante		12.938						19.274
Não circulante		24.327						8.305
Passivos a recolher								
Outros tributos a recolher								
ICMS		368	528		90	(961)		25
PIS e COFINS		-	15.220				(15.220)	-
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		107	711			(755)		63
Encargos com pessoal		220	242		37	(340)		159
Total Circulante		695	16.701	-	127	(2.056)	(15.220)	247

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

5.1 PIS e COFINS

Do montante total de créditos de PIS e COFINS de R$16.317 (R$26.927 em 31 de dezembro de 2018), R$2.017 (R$17.237 em 31 de dezembro de 2018) referem-se a créditos originados na aquisição de insumos e de ativos imobilizados para a construção da UHE Cachoeira Caldeirão que estão sendo compensados com os respectivos débitos desses impostos na medida que os faturamentos de energia elétrica estão sendo realizados.

6 Tributos diferidos

		Ativo		Passivo	
	Nota	Não circulante		Não circulante	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
PIS e COFINS				1	24
Imposto de renda e contribuição social	6.1	62.691	50.524		
Total		62.691	50.524	1	24

6.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

6.1.1 Composição

	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
Natureza dos créditos	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
Prejuízos Fiscais	32.839	22.948			9.891	949
Base Negativa da Contribuição Social	11.822	8.261			3.561	341
	44.661	31.209	-	-	13.452	1.290
Diferenças Temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.464	5.370			(1.906)	3.912
Gastos Pré-operacionais	2.743	4.801			(2.058)	(2.057)
Uso do bem público - CPC 25	1.355	1.268		97	184	213
Licenças ambientais	10.269	8.142			2.127	3.742
Outras	202	8	3	177	368	(169)
Total diferenças temporárias	18.033	19.589	3	274	(1.285)	5.641
Total bruto	62.694	50.798	3	274	12.167	6.931
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(3)	(274)	(3)	(274)		
Total	62.691	50.524	-	-		

6.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2027	A partir de 2028	Total
3.963	3.963	3.963	3.514	4.101	11.503	31.687	62.694

7 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

				Ativo			Passivo				Receitas (Despesas)	
				Circulante	Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacional	
	Relacionamento	Preço praticado (R$/MWh)	Duração	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
Concessionárias (Nota 4)												
Suprimento de energia elétrica												
ECE Participações	Controle Comum (**)	271,83	01/10/2018 até 31/10/2018	22.247								22.247
				22.247	-	-	-	-	-	-	-	22.247
Outros créditos e outras contas a pagar (Nota 9)												
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (a)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/01/2015 até 31/12/2021							22	(170)	(264)
EDP Espírito Santo	Controle Comum		29/07/2015 até 29/07/2019								(1)	1
Contrato Prestação de Serviços (b)												
EDP PCH	Controle Comum (*)		01/01/2016 até 31/12/2018									(468)
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/10/2019 até 31/12/2022						123		(123)	
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/01/2019 até 31/12/2022								(369)	
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais e Atividades de *Backoffice* (c)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/01/2019 até 31/12/2019		429	259			371	200	(424)	(289)
				-	429	259	-	-	494	222	(1.087)	(1.020)
Fornecedores (Nota 12)												
Suprimento de energia elétrica												
Energest	Controle Comum	134,95	01/01/2017 até 31/12/2046				412	397			(4.847)	(4.672)
ECE Participações	Controle Comum (**)	78,96	01/12/2018 até 31/12/2018					3.701				(3.701)
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/07/2018 até 31/12/2019				3.437	2.735			(20.402)	(16.229)
Encargos de uso de rede												
EDP Transmissão	Controle Comum		09/02/2019 a 10/02/2047				2				(13)	
				-	-	-	3.851	6.833	-	-	(25.262)	(24.602)
				22.247	429	259	3.851	6.833	494	222	(26.349)	(3.375)

(*) A EDP PCH foi alienada em 21 de dezembro de 2018 e consequentemente, a partir desta data, não mais faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.
(**) Incorporada pela CEJA (Controle Comum) em 30 de novembro de 2019.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.
As garantias concedidas estão descritas na nota de Garantias (Nota 25.2).

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial. O primeiro contrato foi firmado pelo período de 48 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2015 com término em 31 de dezembro de 2018. Em 2019 foi celebrado um novo contrato substituindo o anterior com a mesma finalidade, com duração de 36 meses contados a partir de 1° de janeiro de 2019 com o término em 31 de dezembro de 2021. Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não possuem tarifa ou preço regulado, nos termos da REN 699/2016.

EDP - Energias do Brasil

O contrato de compartilhamento de recursos humanos, celebrado em 2018 com duração de 24 meses, tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Em 2019 foi celebrado contrato de prestação de serviços de operação e pós operação da UHE Cachoeira Caldeirão, com duração de 36 meses. Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não possuem tarifa ou preço regulado, nos termos da REN 699/2016.

Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, o contrato firmado entre a EDP - Energias do Brasil e a Companhia poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

(b) Contratos de Prestação de Serviços

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, com vigência de 36 meses, a partir de 1° de janeiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2021, pela EDP - Energias do Brasil como cedente, tendo como cessionária a EDP Comercializadora, sendo que um aditivo foi firmado em 1° de outubro de 2019, quando do início das prestações de serviços, passando a EDP Comercializadora para cedente. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O valor total dos serviços contratados é de R$1.476, a serem pagos em parcelas mensais de R$41, atualizado anualmente pelo IPCA.

(c) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de *Backoffice*: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos, serviços, materiais e outros gastos associados ao provimento das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil. Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.

7.1 Controladora direta e Controladoras finais

A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP – Energias de Portugal S.A., e a China Three Gorges Brasil Energia Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation.

8 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	Saldo em 31/12/2019
Depósitos judiciais	16.1	3.880	89	(565)	(3)	(3.285)	116
Cauções vinculados a empréstimos, financiamento	8.1	28.295	29.033	2.110	(28.511)		30.927
Total Não Circulante		32.175	29.122	1.545	(28.514)	(3.285)	31.043

8.1 Depósitos vinculados

Refere-se a garantia exigida junto a 3ª emissão de debêntures da Companhia e ao financiamento do BNDES. Do montante total: (i) R$15.376 é correspondente a três vezes o valor da última parcela liquidada do financiamento e ficará mantido em conta vinculada até a quitação do referido contrato; e (ii) R$15.551 é correspondente à próxima parcela das debêntures a ser liquidada e ficará mantido em conta vinculada até a quitação do referido contrato.

9 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		305	61		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	7			429	259
Despesas pagas antecipadamente		52	1.360		76
Estoques		662	415		
Outros		184		56	
Total		1.203	1.836	485	335
Outras contas a pagar - Passivo					
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	7			494	222
Folha de pagamento		56	64		
Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.1	673	769		
Encargos setoriais	9.2	929	1.570	730	414
Outros		5			
Total		1.663	2.403	1.224	636

9.1 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

9.2 Encargos setoriais

Em 31 de dezembro de 2019, do saldo de encargos setoriais de R$1.659 (R$1.984 em 31 de dezembro de 2018), R$1.091 (R$1.272 em 31 de dezembro de 2018) referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes à esses programas.

10 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa n°674 de 11 de agosto de 2015.

A taxa de depreciação considera o prazo de vida útil do bem, entretanto, para os ativos não indenizáveis pelo Poder Concedente ao final da concessão, a depreciação é registrada considerando o prazo remanescente de Concessão.

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados posteriores a entrada em operação da UHE e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

10.1 Composição do Imobilizado

	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos	3,12	84.856	(9.617)	75.239	3,12	84.082	(6.913)	77.169
Reservatórios, barragens e adutoras	3,09	405.028	(45.799)	359.229	3,09	404.491	(33.284)	371.207
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,16	320.933	(37.071)	283.862	3,16	321.016	(26.990)	294.026
Máquinas e equipamentos	3,28	551.789	(64.338)	487.451	3,28	558.343	(46.853)	511.490
Veículos	14,29	1.718	(919)	799	14,29	1.718	(674)	1.044
Móveis e utensílios	6,25	409	(57)	352	6,25	409	(31)	378
		1.364.733	(157.801)	1.206.932		1.370.059	(114.745)	1.255.314
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3	230	(4)	226				-
Máquinas e equipamentos	14,18	105	(17)	88	6,25	21	(2)	19
Móveis e utensílios	6	79	(1)	78				-
		414	(22)	392		21	(2)	19
Total do Imobilizado em serviço		1.365.147	(157.823)	1.207.324		1.370.080	(114.747)	1.255.333
Imobilizado em curso								
Geração				-		185		185
Administração		1.037		1.037		86		86
Total do Imobilizado em curso		1.037	-	1.037		271	-	271
Total Imobilizado		1.366.184	(157.823)	1.208.361		1.370.351	(114.747)	1.255.604

10.2 Movimentação do Imobilizado

	Nota	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2019
Imobilizado em serviço								
Terrenos		77.169		775	(2.705)			75.239
Reservatórios, barragens e adutoras		371.207		536	(12.514)			359.229
Edificações, obras civis e benfeitorias		294.026		147	(10.085)			284.088
Máquinas e equipamentos	10.2.1	511.509		(6.470)	(17.500)			487.539
Veículos		1.044			(245)			799
Móveis e utensílios		378		79	(27)			430
Total do Imobilizado em serviço		1.255.333	-	(4.933)	(43.076)	-	-	1.207.324
Imobilizado em curso								
Terrenos		-	775	(775)				-
Reservatórios, barragens e adutoras		-	37	(536)			499	-
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	646	(147)			(499)	-
Máquinas e equipamentos		86	1.132	6.470		(7)	(7.681)	-
Adiantamento a fornecedor	12.1	-				(5.304)	6.293	989
A ratear		-	2.273			(3.763)	1.490	-
Outros		185	44	(79)			(102)	48
Total do Imobilizado em curso		271	4.907	4.933	-	(9.074)	-	1.037
Total do Imobilizado		1.255.604	4.907	-	(43.076)	(9.074)	-	1.208.361

10.2.1 Máquinas e equipamentos

Parte imaterial do processo de unitização da UHE Cachoeira Caldeirão foi realizado utilizando-se de valores estimados na transferência do Imobilizado em curso para o Imobilizado em serviço. Durante o exercício de 2019 com a realização dos investimentos, houve reversão do montante de R$6.470, do Imobilizado em serviço para o Imobilizado em curso, e posterior baixa.

11 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

11.1 Composição do Intangível

	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Direito de concessão - Licenças ambientais	16,67	9.026	(6.017)	3.009	16,67	9.026	(4.513)	4.513
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	2,85	9.976	(1.913)	8.063	2,85	9.976	(1.628)	8.348
		19.002	(7.930)	11.072		19.002	(6.141)	12.861
Administração								
Software	20,00	304	(184)	120	20,00	254	(127)	127
		304	(184)	120		254	(127)	127
Total do Intangível em Serviço		19.306	(8.114)	11.192		19.256	(6.268)	12.988
Intangível em curso								
Geração		228		228		268		268
Administração		202		202		203		203
Total do Intangível em Curso		430	-	430		471	-	471
Total do Intangível		19.736	(8.114)	11.622		19.727	(6.268)	13.459

11.2 Movimentação do Intangível

	Nota	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Transf. para intangível em serviço	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2019
Intangível em serviço						
Software		127		50	(57)	120
Direito de concessão - Licenças ambientais		4.513			(1.504)	3.009
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	11.2.1	8.348			(285)	8.063
Total do Intangível em serviço		12.988	-	50	(1.846)	11.192
Intangível em curso						
Outros intangíveis em curso		471	9	(50)		430
Total do Intangível em curso		471	9	(50)	-	430
Total do Intangível		13.459	9	-	(1.846)	11.622

11.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Cachoeira Caldeirão. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo (Nota 15) e capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação da usina. A amortização foi iniciada a partir da data de entrada em operação comercial da UHE, em junho de 2016, e ocorrerá pelo prazo da concessão (Nota 1.1.1).

12 Fornecedores

		Circulante	
	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Suprimento de energia elétrica		7.883	6.918
Encargos de uso da rede elétrica		1.615	1.688
Operações CCEE		1.050	
Materiais e serviços	12.1	2.258	11.712
Total		12.806	20.318

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

12.1 Materiais e serviços

A redução no exercício refere-se principalmente, a liquidação de adiantamento de fornecedores relacionados a obra no montante de R$5.304, conforme nota 10.2, quanto aos demais saldos a variação é decorrente principalmente da provisão de seguros e honorários advocatícios, realizados em 2018.

13 Debêntures

13.1 Composição do saldo de Debêntures

											31/12/2019				31/12/2018			
											Encargos	Principal			Encargos	Principal		
Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	15.650	10	156.500	3ª emissão em 15/12/2014	15/12/2014 a 15/06/2030	Financiamento para construção da UHE Cachoeira Caldeirão	IPCA + 7,2743% a.a.	Principal e Juros semestrais a partir de 15/12/2017	a. Penhor de ações da EDP - Energias do Brasil e da CTG Brasil; b. Contas vinculadas; c. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil; d. Fiança bancária da CTG Brasil.	1.218	19.704	199.967	220.889	568	12.956	213.183	226.707
(-) Custos de emissão				(891)		15/12/2014 a 15/06/2030			Amortização mensal			(76)	(393)	(469)		(84)	(432)	(516)
Total											1.218	19.628	199.574	220.420	568	12.872	212.751	226.191

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.
O valor total referente as garantias das debêntures mencionados acima é de R$220.889 em 31 de dezembro de 2019 (R$226.707 em 31 de dezembro de 2018).

13.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2018	Pagamentos	Juros provisiona-dos	Transferên-cia	Amortização do custo de transação	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2019
Circulante							
Principal	12.956	(13.327)		19.053		1.022	19.704
Juros	568	(16.398)	16.928			120	1.218
Custo de transação	(84)			(39)	47		(76)
	13.440	(29.725)	16.928	19.014	47	1.142	20.846
Não circulante							
Principal	213.183			(19.053)		5.837	199.967
Custo de transação	(432)			39			(393)
	212.751	-	-	(19.014)	-	5.837	199.574

13.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	
Circulante	
2020	20.846
	20.846
Não circulante	
2021	16.590
2022	21.358
2023	21.366
2024	21.373
2025	21.382
2026 até 2030	97.505
	199.574
Total	220.420

A emissão realizada pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

(i) Extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência da Emissora ou da(s) Acionista(s), bem como o requerimento de autofalência formulado pela Emissora ou pela(s) Acionista(s), ou de falência relativo à Emissora ou à(s) Acionista(s) formulado por terceiros que não tenha sido elidido no prazo legal, sendo que para a(s) Acionista(s) as disposições desta alínea somente são aplicáveis enquanto a(s) Fiança(s) estiverem em vigor;

(ii) Extinção definitiva da concessão para executar o projeto objeto do contrato de concessão;

(iii) Declaração de vencimento antecipado do Contrato de Financiamento da Emissora ou de qualquer financiamento contratado pela Emissora com o BNDES;

(iv) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora ou pelas Acionistas;

(v) Declaração de vencimento antecipado de qualquer financiamento ou empréstimo tomado pela Emissora junto a quaisquer instituições financeiras, em valor superior a R$35.000, valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a data de emissão até o respectivo vencimento;

(vi) Protesto de títulos contra a Emissora em montante individual ou agregado superior a R$75.000, valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a data de emissão até o respectivo protesto, salvo se for validamente comprovado pela Emissora que: (a) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros; (b) o protesto foi cancelado no prazo legal; ou ainda (c) foram prestadas garantias em juízo e aceitas pelo Poder Judiciário;

(vii) Qualquer alienação, cessão ou transferência direta ou indireta de ações representativas do capital social da Emissora, que resultem na mudança do controle acionário direto ou indireto da Emissora sem prévia autorização dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD;

(viii) Cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos relevantes, sem a prévia autorização dos Debenturistas reunidos em AGD; e

(ix) Não manutenção do índice de capitalização (Patrimônio Líquido / Ativo Total) maior ou igual a 20%, calculado anualmente em 31 de dezembro, que não seja sanado em até 30 dias após comunicação do Agente Fiduciário.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

14 Empréstimos e financiamentos

14.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	*Covenants*	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2019				31/12/2018			
										Encargos	Principal			Encargos	Principal		
										Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional																	
BNDES	504.100	25/11/2014	482.886	25/11/2014 a 15/11/2037	Implementação do projeto de construção da UHE Cachoeira Caldeirão	a. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização apurado, anualmente, em 31 de dezembro. b. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 20% apurado, anualmente, em 31 de dezembro.	TJLP + 2,12% a.a.	Principal e Juros mensais a partir de 15/11/2017.	a. Penhor de Ações; b. Contas Vinculadas; c. Vinculação de receitas; d. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil e Fiança Bancária da CTG Brasil proporcionais às suas participações.	4.150	32.732	528.875	565.757	3.946	30.494	543.795	578.235
(-) BNDES - Custos de Transação			(3.432)	25/11/2014 a 15/11/2037				Amortização mensal			(258)	(2.289)	(2.547)		(270)	(2.547)	(2.817)
Total										4.150	32.474	526.586	563.210	3.946	30.224	541.248	575.418

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.
O valor total referente as garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R$565.757 em 31 de dezembro de 2019 (R$578.223 em 31 de dezembro de 2018).

14.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2018	Pagamentos	Juros provisio-nados	Transferên-cia	Amortização do custo de transação	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2019
Circulante							
Principal	30.494	(14.436)		16.582		92	32.732
Juros	3.946	(43.972)	44.163			13	4.150
Custo de Transação	(270)			(258)	270		(258)
	34.170	(58.408)	44.163	16.324	270	105	36.624
Não circulante							
Principal	543.795			(16.582)		1.662	528.875
Custo de Transação	(2.547)			258			(2.289)
	541.248	-	-	(16.324)	-	1.662	526.586

14.3 Vencimento das parcelas

Circulante	
2020	36.624
	36.624
Não circulante	
2021	16.151
2022	17.424
2023	18.795
2024 até 2028	114.192
2029 até 2033	114.192
2033 até 2037	245.832
	526.586
Total	563.210

15 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O reconhecimento inicial da obrigação até o término do contrato de concessão foi capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 11) e realizado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja em agosto de 2013, uma vez que LI representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.

A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2018	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferên-cias	Saldo em 31/12/2019
Circulante						
Uso do bem público	893	(1)	19	(940)	956	927
	893	(1)	19	(940)	956	927
Não circulante						
Uso do bem público	10.897	320	861		(956)	11.122
	10.897	320	861	-	(956)	11.122

16 Provisões

		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	16.1			10.805	15.803
Licenças ambientais	16.2	11.644	16.096	1.832	4.631
Total		11.644	16.096	12.637	20.434

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

16.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

16.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Passivo						Ativo	
								Depósito judicial	
	Nota	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas		573	30	(12)	(287)	(288)	16	1	1
Cíveis	16.1.1.1	15.230	2.681	(7.588)	(1.792)	1.649	10.180	93	3.682
Outros		-	743	(101)	(33)		609		
Total Não circulante		15.803	3.454	(7.701)	(2.112)	1.361	10.805	94	3.683

16.1.1.1 Cível

Dentre as ações cíveis destacam-se demandas envolvendo desapropriações e relativas ao evento de passagem de água ocorrido na abertura contratada na ensecadeira da UHE Cachoeira Caldeirão onde, em 7 de maio de 2015, devido a cheia do rio Araguari, a Companhia realizou a abertura controlada na ensecadeira na margem esquerda para permitir a passagem das águas do rio. Na sequência desse procedimento de segurança e de manobras executadas por outras usinas da região, verificou-se um alagamento parcial da cidade de Ferreira Gomes, a jusante da barragem.

Mediante o ocorrido, em 18 de maio de 2015, a Companhia assinou junto ao Ministério Público do Estado do Amapá um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, sem presunção de culpa, com o objetivo de promover a indenização em caráter emergencial das famílias e comerciantes atingidos pelo alagamento.

Os Ministérios Público, Estadual e Federal ajuizaram ação de Medida Cautelar com intuito de apurar, por meio de perícia judicial, a causa e os responsáveis pelo ocorrido em face da UHE Ferreira Gomes, UHE Coaracy Nunes, Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá - Imap e da Companhia.

Os reclamantes alegam terem sido impactados pelo alagamento, demandando a aplicação dos termos do TAC, adicionais aos previamente assinados pela Companhia, qual seja indenização em R$20 para residências e R$35 para estabelecimentos comerciais.

Em relação às referidas ações, a Companhia interpôs recurso, que foi admitido pelo colégio recursal do Amapá, que suspendeu parte das ações em trâmite no Juizado Especial Cível, até decisão final no Supremo Tribunal Federal - STF. Contudo, no mês de março de 2019, a Companhia participou do mutirão de acordos promovido pelo Tribunal de Justiça do Amapá, em conjunto com o juízo da Comarca de Ferreira Gomes, encerrando parte dos processos judiciais em andamento. O recurso da Companhia não foi conhecido pelo STF, desta forma parte das ações suspensas voltaram a tramitar. Ainda encontram-se suspensa ações com pedidos de danos morais.

A Companhia havia acionado sua seguradora para reembolso das indenizações e despesas gerais decorrentes do evento e, em 13 de agosto de 2018, encerrou-se o processo de regulação do seguro apurando-se como indenização para Companhia, já líquida de franquia, o valor de R$28.000.

16.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

			Ativo	
			Depósito judicial	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	14	12		
Cíveis	4.313	4.372		
Fiscais	124	118	16	118
Total	4.451	4.502	16	118

16.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza cível em andamento cujas as perdas foram estimadas como remotas e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2019 é de R$7 (R$79 em 31 de dezembro de 2018).

16.2 Licenças ambientais

O montante em 31 de dezembro de 2019 de R$13.476 (R$20.727 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Cachoeira Caldeirão, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. A Licença de Operação – LO nº 0237/2015 foi emitida em 18 de dezembro de 2015 pela Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá e autoriza a Companhia a operar a UHE Cachoeira Caldeirão, localizada no rio Araguari, no município de Ferreira Gomes (AP).

A LO é válida pelo período de 6 anos, a contar da data de emissão, sendo a Companhia responsável por requerer sua renovação no prazo de 120 dias antes de sua expiração.

Do montante provisionado, destacam-se os valores de R$8.413 relacionados construção do hospital Porto Grande, R$1.577 relacionados ao monitoramento da fauna e R$953 relacionados ao programa de gerenciamento sócioambiental integrado.

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 7% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, foi reconhecida como ativo intangível e será amortizada pelo prazo de 6 anos que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R$5.401 (R$5.562 em 2018). Deste montante, R$5.389 (R$5.550 em 2018) referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R$12 (R$12 em 2018) são relativos a gastos com gestão de águas residuais em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de Serviços de terceiros.

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Pagamentos	Atualização Monetária	Transferências	AVP	Reversão (Nota 16.2.1)	Saldo em 31/12/2019
Circulante	16.096	642	(5.389)	1.000	(410)	(295)		11.644
Não Circulante	4.631			267	410	287	(3.763)	1.832
Total	20.727	642	(5.389)	1.267	-	(8)	(3.763)	13.476

16.2.1 Reversão

Em 29 de agosto de 2019, o Ordenamento Territorial da Secretaria do Estado do Amapá retificou Licença de Operação 237/2019. Desta forma, as estimativas de gastos com as condicionantes ambientais foram revistas ocasionando uma reversão de R$3.763 de acordo com os novos programas e prazos da LO.

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O Capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de R$728.600 e está representado por 728.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R$763.924, com a emissão de novas ações, nominativas e sem valor nominal. Dentro deste limite, a Companhia poderá aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determinará as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma da subscrição e integralização.

As ações ordinárias são classificadas como capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Segue abaixo a composição acionária:

	31/12/2019		31/12/2018	
Acionista	**Quantidade de ações**	**% participação**	**Quantidade de ações**	**% participação**
EDP - Energias do Brasil	364.000.000	50,00	364.000.000	50,00
China Three Gorges Brasil Energia	364.000.000	50,00	364.000.000	50,00
Total	728.000.000		728.000.000	

18 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

		MWh (*)		R$	
	Nota	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Fornecimento - Faturado					
Suprimento de energia elétrica	18.1	1.144.942	1.218.012	156.874	170.028
Energia de curto prazo	18.2	9.777	44.425	4.340	8.203
Receita operacional bruta		1.154.719	1.262.437	161.214	178.231
(-) Deduções à receita operacional					
PIS/COFINS				(14.912)	(16.486)
P&D				(1.334)	(1.445)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(5.062)	(4.893)
Taxa de fiscalização				(673)	(561)
		-	-	(21.981)	(23.385)
Receitas		1.154.719	1.262.437	139.233	154.846

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

18.1 Suprimento de energia elétrica

A variação no exercício é decorrente de redução da quantidade de energia faturada quando comparada ao exercício anterior, substancialmente devido ao encerramento do contrato de suprimento com a parte relacionada ECE Participações (Nota 7).

18.2 Energia de curto prazo

A variação no exercício é decorrente de redução da quantidade de energia comercializada junto a CCEE em especial no último trimestre de 2019, visto que no mesmo período em 2018 a companhia dispunha de maior volume para comercialização, adicional à redução do PLD, que em 2018 o valor médio era de R$234,10 e para 2019 foi de R$146,62.

19 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

		2019					2018				
		Custo da operação e do serviço		Despesas operacionais			Custo da operação e do serviço		Despesas operacionais		
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administra-tivas	Outros	Total	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administra-tivas	Outros	Total
Energia elétrica comprada para revenda	19.1	30.508				30.508	41.490				41.490
Encargos de uso da rede elétrica		14.696				14.696	15.643				15.643
		45.204	-	-	-	45.204	57.133	-	-	-	57.133
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	19.2		4.287	467		4.754		3.535	435		3.970
Material			1.648	151		1.799		477	29		506
Serviços de terceiros	19.3		5.592	2.333		7.925		3.469	1.949		5.418
Depreciação - Imobilizado em serviço			42.956	31		42.987		43.688	43		43.731
Depreciação - Ativos de direito de uso						-					-
Amortização			1.827	19		1.846		1.819	19		1.838
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					693	693				(5.032)	(5.032)
Arrendamentos e aluguéis				118		118			143		143
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						-				(8)	(8)
Outras		111	(179)	209	(1)	140	91	2.132	373	(8.325)	(5.729)
Total		45.315	56.131	3.328	692	105.466	57.224	55.120	2.991	(13.365)	101.970

19.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2019	2018
Contratos de compra de energia por quantidade		29.195	30.372
Energia de curto prazo	19.1.1	26.510	55.288
Outros		1.080	1.897
(-) Ressarcimentos CCEE/CONER		(23.167)	(41.856)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(3.110)	(4.211)
Total		30.508	41.490

19.1.1 Energia de curto prazo

A variação no exercício é decorrente de compra de energia para constituição de lastro no ano de 2018, com intuito de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE, em função do efeito do fator GSF *(Generation Scaling Factor)*.

19.2 Pessoal e Administradores

	2019	2018
Pessoal		
Remuneração	2.516	2.482
Encargos	884	820
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada	109	106
Despesas rescisórias	153	23
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	305	222
Outros benefícios - Corrente	758	317
	4.725	3.970
Administradores		
Honorários e encargos	22	
Benefícios dos administradores	7	
	29	-
	4.754	3.970

19.3 Serviços de terceiros

	2019	2018
Serviços de consultoria	1.903	1.214
Serviços de manutenção	3.936	2.092
Serviços de limpeza e vigilância	427	391
Serviços de informática	665	710
Serviços de publicação e publicidade	116	88
Serviços de transporte	432	453
Outros	446	470
	7.925	5.418

20 Resultado financeiro

	Nota	2019	2018
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		5.592	4.795
Energia vendida		678	1.755
Depósitos judiciais	8	(565)	521
Juros e multa sobre tributos	5	171	116
Outros juros e variações monetárias	16.2	8	
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(284)	(387)
Outras receitas financeiras		18	34
		5.618	6.834
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	14.2	(46.200)	(49.793)
Debêntures	13.2	(23.954)	(25.326)
Juros e multa sobre tributos	5	(127)	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	16.1.1	(1.361)	(926)
Uso do bem público	15	(1.199)	(1.243)
Outros juros e variações monetárias	16.2	(1.267)	(2.203)
Outras despesas financeiras		(1.216)	(652)
		(75.324)	(80.143)
Total		(69.706)	(73.309)

21 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Nota	2019	2018
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(35.939)	(20.433)
Alíquota		34%	34%
IRPJ e CSLL		12.219	6.947
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
Doações		(52)	(44)
Outras			28
Resultado de IRPJ e CSLL		12.167	6.931
Alíquota Efetiva		33,85%	33,92%

22 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2019	2018
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(23.772)	(13.502)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	728.000	728.000
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	(0,03265)	(0,01855)

23 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

23.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

23.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Aplicações financeiras - renda fixa		Nível 2	51.718	48.128	51.718	48.128
			51.718	48.128	51.718	48.128
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Bancos conta movimento		Nível 2	10.770	11.259	10.770	11.259
Concessionárias	4	Nível 2	32.795	49.729	32.795	49.729
Cauções	8	Nível 2	30.927	28.295	30.927	28.295
Outros créditos - Partes relacionadas		Nível 2	429	259	429	259
			74.921	89.542	74.921	89.542
			126.639	137.670	126.639	137.670

			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivos financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	12	Nível 2	12.806	20.318	12.806	20.318
Debêntures	13	Nível 2	271.220	250.042	220.420	226.191
Uso do bem público	15	Nível 2	11.441	9.893	12.049	11.790
Empréstimos e financiamentos	14					
Moeda nacional		Nível 2	563.210	575.418	563.210	575.418
Outras contas a pagar - Partes relacionadas		Nível 2	494	222	494	222
			859.171	855.893	808.979	833.939
			859.171	855.893	808.979	833.939

23.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• **Custo amortizado**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio do resultado (VJR)**

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

23.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

23.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 14), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado do uso do bem público e das debêntures diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IPCA incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa a taxa atual de captação de empréstimos e financiamentos da Companhia, incluindo o risco de crédito; e

(ii) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

23.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

23.2 Gestão de risco

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

23.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures e os Empréstimos e financiamentos da Companhia, apresentados nas notas 11 e 12, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao TLJP e IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

23.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

			Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	**Risco**	**Saldo da exposição**	**Até 1 ano**	**2 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Provável**	**Aumento do risco em 25%**	**Aumento do risco em 50%**	**Redução do risco em 25%**	**Redução do risco em 50%**
Aplicação financeira - CDB	CDI	51.718	900			900	223	445	(224)	(448)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	30.927	1.808	8.362	42.501	52.671	22.621	50.899	(18.036)	(32.367)
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	82.645	2.708	8.362	42.501	53.571	22.844	51.344	(18.260)	(32.815)
		82.645	2.708	8.362	42.501	53.571	22.844	51.344	(18.260)	(32.815)
Operação	**Risco**									
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	565.757	(38.891)	(144.311)	(238.423)	(421.625)	(71.289)	(141.791)	72.096	145.018
Instrumentos financeiros passivos	**TJLP**	565.757	(38.891)	(144.311)	(238.423)	(421.625)	(71.289)	(141.791)	72.096	145.018
		565.757	(38.891)	(144.311)	(238.423)	(421.625)	(71.289)	(141.791)	72.096	145.018
Operação	**Risco**									
Debêntures	IPCA	220.889	(19.564)	(63.170)	(44.992)	(127.726)	(16.981)	(35.267)	15.780	30.456
Instrumentos financeiros passivos	**IPCA**	220.889	(19.564)	(63.170)	(44.992)	(127.726)	(16.981)	(35.267)	15.780	30.456
		220.889	(19.564)	(63.170)	(44.992)	(127.726)	(16.981)	(35.267)	15.780	30.456

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seu intervalo conforme apresentado a seguir: CDI entre 4,1% e 6,4% a.a.; TJLP entre 4,9% e 5,2% a.a.; e IPCA entre 0,6% e 7,5% a.a..

23.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados nas notas 13 e 14.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Concessionárias (Nota 4). A Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 25.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2019						31/12/2018
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	10.631	2.109	66			12.806	20.318
Debêntures			20.846	80.687	118.887	220.420	226.191
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	3.052	6.104	27.468	52.370	474.216	563.210	575.418
Uso do bem público	79	157	691	3.153	7.969	12.049	11.790
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				494		494	222
	13.762	8.370	49.071	136.704	601.072	808.979	833.939

23.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants)*, normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 13 e 14.

Em 31 de dezembro de 2019, o covenant de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD maior ou igual a 1,20 referente aos contratos de financiamento, descrito na nota 14.1, não foi atendido, o que obrigaria a Companhia a manter em conta vinculada o equivalente a seis vezes o valor da última parcela liquidada do financiamento. Apesar desse item não implicar em um possível vencimento antecipado da dívida, a Companhia solicitou a dispensa do cumprimento de tal exigência aos seus credores. Com exceção do covenant mencionado, as demais cláusulas restritivas foram atendidas em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas para os Empréstimos e financiamentos (Nota 14) e Debêntures (Nota 13). Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

23.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 89% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio mensal médio de R$86.

23.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

23.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARSAP etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

23.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2019	31/12/2018
Total dos empréstimos e debêntures	783.630	801.609
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(62.488)	(59.387)
(-) Cauções	(30.927)	(28.295)
Dívida líquida	690.215	713.927
Total do Patrimônio Líquido	605.698	629.470
Total do capital	1.295.913	1.343.397
Índice de alavancagem financeira - %	53,26%	53,14%

24 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

24.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

		2019				
				Efeito não caixa		
	Nota	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2019
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	8	28.295	522	2.110		30.927
		28.295	522	2.110	-	30.927
(Aumento) diminuição de passivos de financiamento						
Debêntures	13	226.191	(29.725)	6.979	16.975	220.420
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	14	575.418	(58.408)	1.767	44.433	563.210
		801.609	(88.133)	8.746	61.408	783.630
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		773.314	(88.655)	6.636	61.408	752.703

	2018				
			Efeito não caixa		
	Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2018
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento					
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	26.647	(249)	1.897		28.295
	26.647	(249)	1.897	-	28.295
(Aumento) diminuição de passivos de financiamento					
Debêntures	222.956	(22.091)	9.119	16.207	226.191
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	584.024	(58.399)	4.021	45.772	575.418
	806.980	(80.490)	13.140	61.979	801.609
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)	780.333	(80.241)	11.243	61.979	773.314

24.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

	2019	2018
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível	(3.121)	360
Provisão para contingências no imobilizado e intangível	649	
Total	(2.472)	360

25 Compromissos contratuais e Garantias

25.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 7% a.a. que representa a taxa de captação de recursos de longo prazo para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

	31/12/2019					31/12/2018
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais					-	75
Obrigações de compra						
Compra de Energia	5.059	9.487	8.758	36.597	59.901	29.570
Materiais e serviços	6.674	10.788	1.512	4.682	23.656	27.216
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	49.527	65.077	49.150	90.839	254.593	380.383
	61.260	85.352	59.420	132.118	338.150	437.244

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2019, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2019					31/12/2018
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais					-	76
Obrigações de compra						
Compra de Energia	4.847	9.694	9.694	67.856	92.091	31.373
Materiais e serviços	6.674	8.423	1.275	4.868	21.240	31.218
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	55.933	101.262	85.956	218.784	461.935	527.666
	67.454	119.379	96.925	291.508	575.266	590.333

25.2 Garantias

		Limite máximo garantido	
Tipo de garantia	Modalidade	31/12/2019	31/12/2018
Ações judiciais	Seguro garantia	2.702	
Outros	Recebíveis	1.320	1.384
		4.022	1.384

Os valores em garantia de Debêntures (Nota 13) e Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 14), estão demonstrados em suas respectivas notas.

26 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	15.868	15.868	30.092	30.092
Usina	1.006.356	200.000	1.006.356	200.000
Linhas de Transmissão	14.224	14.224		
Responsabilidade civil	50.000	50.000	60.000	60.000
Transportes (veículos)	360	360	360	360
Seguro de vida	2.651	(*)	2.618	(*)
Risco de engenharia			15.947	15.947

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R$ 1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia possui cobertura para riscos de Responsabilidade Civil, em apólice corporativa da controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil, cujo os limites são apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$17.190; e
(ii) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R$4.110.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Yujun Liu Presidente	**Evandro Leite Vasconcelos** Conselheiro	**Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho** Conselheiro
Luiz Otavio Assis Henriques Conselheiro	**Antonio Eduardo Portela Ferreira da Costa** Conselheiro	**Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire** Conselheiro
DIRETORIA ESTATUTÁRIA		
Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente		**Lourival Teixeira Dos Santos Sobrinho** Diretor Operacional e Técnico
Sérgio Ricardo de Marcon Fonseca Diretor Administrativo		**Silvio Alexandre Scucuglia da Silva** Diretor Financeiro
CONTABILIDADE		
Leandro Carron Rigamontte Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)		**Renan Silva Sobral** Gestor de Contabilidade Contador - CRC 1SP271964/O "S" AP